

EDSON LUIZ RAMOS

**LUCRATIVIDADE E EFICIÊNCIA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO APÓS A
IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. José Benedito de Paula

**CURITIBA
NOVEMBRO DE 2007**

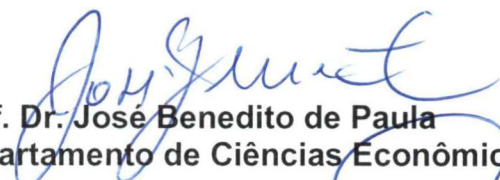
TERMO DE APROVAÇÃO

EDSON LUIZ RAMOS

LUCRATIVIDADE E EFICIÊNCIA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

**Monografia aprovada como requisito parcial para conclusão de Curso de
Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:**

Orientador:


Prof. Dr. José Benedito de Paula
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. Adilson Antonio Volpi
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. Luiz Xiscatti
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

CURITIBA

NOVEMBRO DE 2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e orientador José Benedito de Paula pelo acompanhamento, incentivo e presteza no auxílio às atividades e discussões sobre o andamento deste trabalho.

A minha família por todo o apoio prestado e em especial a minha esposa Marília pela paciência e carinho.

A Deus pela oportunidade e pelo privilégio que me foi dado ao freqüentar este curso com tanto êxito.

E a todos que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	v
LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	viii
1 INTRODUÇÃO	1
2 ANÁLISE DE ASPECTOS INSTITUCIONAIS E TEÓRICOS	3
2.1 O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO.....	3
2.1.1 Evolução do Sistema Financeiro Brasileiro	4
2.1.2 Estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro	6
2.1.3 A Importância do Desenvolvimento Financeiro Para o Crescimento Econômico	8
2.2 DETERMINANTES DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO.....	11
2.3 ESTUDOS TEÓRICOS SOBRE <i>SPREAD</i> BANCÁRIO NO BRASIL.....	12
3 FONTES DE LUCRATIVIDADE DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO	16
3.1 ANÁLISE EMPÍRICA DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO.....	17
3.1.1 A Evolução do <i>Spread</i> no Período Recente.....	17
3.1.2 Decomposição do <i>Spread</i> Bancário.....	19
3.1.2.1 Decomposição contábil.....	20
3.1.3 Análise Empírica do Modelo Econométrico do Banco Central.....	23
3.2 CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E <i>PODER</i> DE MERCADO.....	25
3.3 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	29
3.3.1 Origem e Evolução das Receitas de Prestação de Serviços.....	29
3.3.2 Tarifas nos Principais Bancos.....	31
3.3.3 Composição das Receitas de Prestação de Serviços.....	32
4 EFICIÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO	36
4.1 EFICIÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO	36
5 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	-	<i>SPREAD</i> BANCÁRIO NO BRASIL E NO MUNDO.....	18
TABELA 1	-	DECOMPOSIÇÃO DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO.....	22
QUADRO 1	-	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NO BRASIL.....	26
TABELA 2	-	MAIORES CONGLOMERADOS BANCÁRIOS NO BRASIL – ATIVOS TOTAIS (%).....	27
TABELA 3	-	RAZÃO ENTRE TARIFAS E DESPESAS COM PROVENTOS DE PESSOAL DOS PRINCIPAIS BANCOS BRASILEIROS.....	30
TABELA 4	-	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DOS PRINCIPAIS BANCOS BRASILEIROS – 1994-2005	30
TABELA 5	-	DADOS DESCRITIVOS POR TIPO DE TARIFAS NOS OITO PRINCIPAIS BANCOS BRASILEIROS EM DEPÓSITO À VISTA.....	31
TABELA 6	-	RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO BANCO DO BRASIL.....	33
TABELA 7	-	RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO BRADESCO	33
TABELA 8	-	RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ITAÚ	34
TABELA 9	-	PARTICIPAÇÃO DO SETOR FINANCEIRO NO FINANCIAMENTO DO PIB BRASILEIRO 1994-2005.....	39
GRÁFICO 1	-	RELAÇÃO CRÉDITO/PIB NO BRASIL.....	39
GRÁFICO 2	-	PROPORÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS QUE UTILIZARAM EMPRÉSTIMOS EM BANCO.....	41
TABELA 10	-	FORMAS DE PAGAMENTO ACEITAS NAS VENDAS A PRAZO PELAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	41

TABELA 11 -	PROPORÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS QUE JÁ TOMARAM CRÉDITO BANCÁRIO.....	42
TABELA 12 -	RAZÕES ALEGADAS PELOS BANCOS PARA NÃO DAR EMPRÉSTIMO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	42

LISTA DE SIGLAS

BACEN	-	Banco Central do Brasil
BB	-	Banco do Brasil
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB	-	Certificado de Depósito Bancário
CEF	-	Caixa Econômica Federal
CCF	-	Cadastro de Cheques sem Fundo
CMN	-	Conselho Monetário Nacional
COFINS	-	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	-	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CPMF	-	Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras
DIEESE	-	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	-	Estados Unidos da América
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	-	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IOF	-	Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA	-	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IR	-	Imposto de Renda
PASEP	-	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB	-	Produto Interno Bruto
PIS	-	Programa de Integração Social
PROER	-	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROES	-	Programa de Incentivo para Reestruturação do Sistema Financeiro Estatal
RDB	-	Recibo de Depósito Bancário
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SPB	-	Sistema de Pagamento Brasileiro
TAC	-	Tarifa de Abertura de Crédito

RESUMO

Esta monografia procura analisar as principais fontes de lucratividade do sistema bancário brasileiro após a implantação do Plano **Real** e a sua funcionalidade no cumprimento do papel de fomentador de crescimento econômico. Nesse sentido, é apresentada uma discussão sobre o sistema financeiro brasileiro, destacando sua evolução, sua estrutura e a importância do desenvolvimento financeiro para o crescimento econômico. Também se discute sobre as principais fontes de lucratividade dos bancos, destacando o *spread* bancário, a questão da concentração bancária e do poder de mercado e as receitas de prestação de serviços dos bancos. Por último, é apresentada uma discussão sobre os aspectos micro e macroeconômicos da eficiência bancária. A conclusão extraída das análises é que o setor bancário brasileiro é extremamente rentável, pois consegue maximizar seus lucros numa economia que convive com taxas modestas de crescimento, ou seja, os bancos sabem se adequar a diversos cenários macroeconômicos, atuando de forma vantajosa e eficiente microeconomicamente, porém ainda está longe de ser funcional no seu papel de fomentador do crescimento econômico.

Palavras-chave: Lucratividade do sistema bancário, eficiência, *spread* bancário.

1 INTRODUÇÃO

O sistema bancário tem o poder de afetar o crescimento econômico através do crédito e do fornecimento de liquidez. No entanto, segundo dados do BACEN, a relação crédito/PIB do Brasil é muito baixa (na faixa de 25% em 2004) frente a países desenvolvidos, ou seja, o custo do crédito ainda é muito alto no Brasil e se continuar desta forma, com pouca oferta de crédito, não conseguirá desempenhar o papel que dele se espera no processo de crescimento econômico sustentado.

Países com um sistema de crédito desenvolvido têm formas de canalizar de modo mais eficiente as poupanças interna e externa para investimentos produtivos que ajudem a economia a crescer mais rapidamente. Isso por sua vez amplia os canais de intermediação financeira, o que pode propiciar uma oferta maior de recursos para financiamento da produção, consumo e novos investimentos de longo prazo.

Com o advento do Plano Real em 1994 e do regime de metas de inflação em 1999 criaram-se as condições institucionais para focalizar a política monetária brasileira para um grande objetivo: garantir a estabilização de preços. Muitos fatos importantes ocorreram na economia no bojo da estabilização de preços: a crise mexicana de 1995, que influenciou a política monetária e creditícia brasileira, os programas de incentivos diretos para fusões e aquisições entre bancos, privatizações de bancos públicos; as crises asiática (1997) e russa (1998), impactos do Acordo de Basiléia, avanços tecnológicos e, finalmente, a consolidação do sistema bancário. Algumas destas mudanças afetaram diretamente as instituições bancárias, pois os bancos deixaram de obter ganhos com o *float* provenientes das altas taxas de inflação e foram obrigados a reestruturar suas operações, pois até então o *floating* inflacionário era uma das principais fontes de receitas dos bancos. Esperava-se que os bancos tivessem perda de lucratividade.

No entanto, observa-se que ainda assim os bancos têm mantido, e até mesmo aumentado, sua lucratividade, sendo que em 2005, por exemplo, o lucro dos cinco maiores bancos brasileiros (Bradesco, Itaú, Unibanco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) atingiu o volume recorde de R\$ 18,8 bilhões, maior resultado da história do sistema bancário brasileiro, segundo dados do DIEESE (2006). Ainda em 2005, o setor bancário foi o setor que mais obteve lucros¹, ficando a frente de

setores como Siderurgia e Metalurgia, Mineração e Energia Elétrica, que foram respectivamente os mais rentáveis.

A lucratividade dos bancos no Brasil principalmente nos últimos anos está bem acima da lucratividade de outros segmentos da economia. Conforme dados do BACEN, no ano de 2006, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Unibanco apresentaram lucros recordes. Entretanto, observa-se no Brasil, que o sistema de crédito esta longe de se figurar entre os melhores na questão de fomentação creditícia destinada aos setores produtivos, com o intuito de promover crescimento econômico, muito embora o sistema bancário seja desenvolvido e altamente sofisticado.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho reside em fazer uma análise sobre as principais fontes de lucratividade dos bancos, além de verificar o impacto no conceito de eficiência do sistema bancário, ou seja, verificar a funcionalidade dos bancos no cumprimento de papel de agentes fomentadores de crescimento econômico.

Esta monografia está dividida em três capítulos, além desta introdução. No segundo, é feita uma análise de aspectos institucionais e teóricos, destacando o sistema financeiro brasileiro, sua evolução, estrutura e a importância do desenvolvimento financeiro para o crescimento econômico, além de uma análise dos determinantes do *spread* bancário no Brasil visando uma melhor compreensão do assunto. No terceiro é feita uma discussão sobre as principais fontes de lucratividade dos bancos, destacando o *spread* bancário, a questão da concentração bancária e do poder de mercado e as receitas de prestação de serviços dos bancos. Já no quarto e último se discute alguns aspectos micro e macroeconômicos da eficiência do sistema bancário.

2 ANÁLISE DE ASPECTOS INSTITUCIONAIS E TEÓRICOS

Neste capítulo é feito uma breve análise de aspectos institucionais e teóricos relativos ao sistema bancário brasileiro. Inicialmente será efetuada uma análise sobre o sistema financeiro brasileiro e em seguida se abordará sobre alguns aspectos teóricos e empíricos relativos ao *spread* bancário no Brasil. O *spread* bancário é um elemento fundamental na lucratividade dos bancos e é definido como sendo a diferença entre a taxa de juros de captação e a taxa de aplicação cobrada ao tomador de empréstimo, ou seja, é a diferença entre os juros que o banco paga por algum tipo de aplicação – por exemplo, poupança, CDB, fundos – e os juros que cobra pelos empréstimos concedidos a seus correntistas.

2.1 O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

A análise desenvolvida nesta seção destaca alguns pontos relativos ao processo de transformação que os bancos passaram, bem como a dinâmica de ajuste à nova realidade e como as instituições financeiras se comportaram em tal processo, além de ressaltar a evolução, estrutura e importância deste sistema.

O sistema financeiro brasileiro, quando comparado com o de países de o mesmo ou maior grau de desenvolvimento, exibe uma notável diversificação e elevado grau de dinamismo e capacidade inovativa, apresentando instituições financeiras nacionais sólidas e competitivas e mercados de títulos com alta liquidez. Entretanto, segundo CARVALHO *et al.* (2000), o sistema financeiro brasileiro exibe também graves limitações, particularmente no seu papel de suporte ao crescimento econômico, dando pouco apoio a importantes segmentos da demanda de recursos e contribuindo muito menos do que poderia para que o país aproveite suas potencialidades.

2.1.1 Evolução do Sistema Financeiro Brasileiro

O sistema atual foi estruturado a partir dos anos 60 e foi gradualmente transformado, devido principalmente ao regime de alta inflação que se iniciou no final da década de 70.

O período inflacionário causou uma corrosão da moeda nacional e o público, como forma de proteger-se desta corrosão, aplicou seus recursos em ativos financeiros indexados, criados principalmente pelo governo, sendo que as instituições financeiras comercializavam estes ativos ou os usavam como lastro em suas captações de recursos. Assim, ao contrário do que aconteceu com alguns países nos quais o público fugiu para o dólar americano e contribuiu para um enfraquecimento do sistema financeiro, no caso brasileiro a fuga à moeda legal abriu às instituições financeiras um novo e promissor campo de atividades.

A operação com ativos indexados tornou as instituições financeiras brasileiras extraordinariamente lucrativas. No entanto, houve um acirramento da competição entre as líderes, principalmente em termos de introdução de novos serviços, mais do que em termos de preços de produtos, pois com alta inflação, o público demanda por sistemas de pagamento ágeis, que minimizem o tempo em que os recursos se mantêm em trânsito de um titular a outro (custo de oportunidade). No Brasil, os bancos responderam mais do que satisfatoriamente a esta demanda. Por exemplo, segundo CARVALHO *et al.* (2000), o serviço de compensação de cheques no Brasil, desde o final dos anos 80, é mais ágil do que o de economias como a americana ou as européias.

A conglomeração bancária acabou sendo reconhecida de direito em 1988, quando o Banco Central autorizou a criação de bancos múltiplos. Banco múltiplo é aquele que combina pelo menos duas carteiras de um conjunto de quatro, entre as quais as mais importantes são as carteiras de banco comercial e banco de investimento.

Segundo CARVALHO *et al.* (2000), com a autorização da formação de bancos múltiplos, o sistema financeiro passou a ser dominado por esses bancos. Por outro lado, a alta inflação e os desequilíbrios dela resultante levaram o sistema brasileiro a virtualmente especializar-se no financiamento do Estado através da absorção de títulos da dívida pública, uma vez que tinham vantagens sobre

aplicações no setor privado, por renderem altas taxas de juros e apresentarem alto grau de liquidez. O resultado desta evolução fez do sistema financeiro ao mesmo tempo eficaz, em termos microeconômicos, ou seja, capaz de se adaptar rapidamente aos incentivos de mercado, e ineficaz macroeconomicamente, já que os incentivos que têm recebido foram determinantes para o levarem a financiar prioritariamente o governo, mais do que a atividade produtiva.

A partir de 1994, com o advento do Plano Real e a estabilização de preços, esta situação mudou temporariamente. O fim da inflação fazia anteciper o reequilíbrio das contas públicas e a perda de receitas nas aplicações em títulos da dívida pública. Diante disto, os bancos voltaram-se para novas formas de operação, principalmente as ligadas ao financiamento do consumo privado e da oferta de capital de giro às empresas. Entretanto, no início do Plano Real, além da estabilização dos preços, houve também aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira em face da crise mexicana. Diante disto, o Banco Central viu-se obrigado, a apelar para drásticas elevações das taxas de juros, o que aumentou muito o risco de aplicações junto ao setor privado. Novamente, os bancos direcionaram seu foco para o financiamento do governo.

Por outro lado, com a redução drástica da inflação, os bancos tiveram uma redução importante de receita gerada, o que induziu uma maior competitividade entre as instituições bancárias, devido ao estreitamento do mercado.

O processo de ajuste do setor bancário brasileiro prosseguiu até a virada do século, pois foi preciso adaptá-la as novas realidades do mercado financeiro, em face da abertura financeira e da estabilidade monetária. A concorrência no setor aumentou devido à entrada de bancos estrangeiros no sistema, a partir de 1996. Somado a isto, os bancos locais devem aprender a lidar com todas as transformações que estão ocorrendo no âmbito global da economia internacional.

Esperava-se que com o fim da inflação elevada, a ação dos bancos no Brasil voltada para o financiamento dos investimentos e do consumo privado fosse elevada. Porém, subsistiram desequilíbrios fiscais, bem como o surgimento de graves desequilíbrios externos, que forçaram a manutenção de altas taxas domésticas de juros para atrair capitais externos. Isso gerou um quadro muito semelhante ao período pré-Real, no qual títulos da dívida pública se mantiveram atraentes reforçando a percepção de que o problema central do sistema financeiro

brasileiro decorre de fatores que lhe são exógenos, isto é representado pelos incentivos gerados pela própria política macroeconômica.

2.1.2 Estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro

Conforme ASSAF NETO (1999), o Sistema Financeiro Nacional pode ser entendido como “um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários”. FORTUNA (1999) também o conceituou, de uma forma bastante abrangente, como “um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores”. É no mercado financeiro que se processam essas transações, através das instituições financeiras, que se classificam em bancárias e não bancárias.

Nesta subseção, pretende-se, de modo resumido, apresentar os objetivos e a estrutura do SFN, seus principais órgãos e suas atribuições básicas. Sua estrutura é dividida em dois grandes subsistemas: normativo e de intermediação financeira.

O subsistema normativo é o responsável pelo funcionamento do mercado financeiro e suas instituições. Compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN), como órgão máximo da política econômica nacional, fornecer as diretrizes quanto às políticas monetárias, creditícia e cambial do país, não desempenhando nenhuma atividade executiva, cabendo ao Banco Central do Brasil (BACEN) a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as disposições e as normas expedidas pelo CMN, na qualidade de órgão fiscalizador, disciplinador e penalizador.

Fazem parte ainda do subsistema normativo, a Comissão de Valores Mobiliários, que atua especificamente no controle e fiscalização do mercado de valores mobiliários (ações e debêntures), e os agentes especiais, que, apesar de assumirem características das instituições do subsistema de intermediação, também atuam como agentes financeiros do Governo Federal. São eles: Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

O subsistema de intermediação é composto por instituições bancárias e não-bancárias, que atuam em operações de intermediação financeira, as quais

estão divididas em cinco grandes grupos: instituições financeiras bancárias, instituições financeiras não bancárias, sistema brasileiro de poupança e empréstimo, instituições não-financeiras e instituições auxiliares.

Incluem-se nas instituições financeiras bancárias, os bancos comerciais, os bancos múltiplos e as caixas econômicas.

A resolução nº. 1.524/88 do CMN criou a figura do banco múltiplo, que, atendendo às necessidades do mercado e do Banco Central, reuniu, em uma única instituição, um conjunto de operações financeiras. Na estrutura do Banco Múltiplo foram criadas carteiras cujos objetivos se definem como segue.

Carteira comercial: visa, conforme FORTUNA (1999), “proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas.” É através da captação de recursos dos depósitos à vista (atividade básica dos bancos comerciais), da captação via emissão de CBD e RDB, da captação via cobrança de títulos e arrecadação de tributos e de tarifas (sobre a prestação de serviços), que os bancos proporcionam recursos para as atividades produtivas, sob a forma de concessão de créditos (empréstimos). Com isso é criada a moeda escriturai.

Carteira de investimento: agrega operações de médio e longo prazo, para suprimento de capital fixo ou capital de giro, com repasse de recursos oficiais e repasse de recursos captados no exterior, além de prestarem serviços como: avais, fianças, custódias e administração de títulos mobiliários.

Carteira de desenvolvimento: voltada para operações de médio e longo prazo, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social, através, principalmente, de recursos do BNDES.

Carteira de crédito imobiliário: destina-se a financiar o mercado de imóveis, com recursos da caderneta de poupança. Nesse os bancos atuam como agentes do Sistema Financeiro de Habitação.

Carteira de leasing: incluída na estrutura dos bancos múltiplos em 1994, quando da adesão do Brasil ao Acordo de Basiléia. As operações dessa carteira se limitam ao arrendamento mercantil.

Para ser configurada como banco múltiplo, a instituição deve operar em pelo menos duas das carteiras apresentadas, sendo uma delas, necessariamente, a comercial ou a de investimento.

2.1.3 A Importância do Desenvolvimento Financeiro Para o Crescimento Econômico

MATOS (2002) define desenvolvimento financeiro como a capacidade de as instituições financeiras de um país ou região colocarem à disposição dos agentes econômicos serviços que facilitem e intensifiquem as transações econômicas destes.

Segundo CARVALHO (2001), o sistema financeiro desempenha sua principal função no desenvolvimento econômico através da alocação dos recursos, facilitando a troca de bens e serviços e a transferência da poupança entre supridores e tomadores finais. Assim, o autor destaca seis funções básicas por ele desempenhadas, quais sejam:

- 1) mobilização de recursos;
- 2) alocação de recursos no espaço e no tempo;
- 3) informação e monitoração de empresas;
- 4) administração e alocação de riscos;
- 5) liquidação de obrigações e realização de pagamentos; e
- 6) geração e divulgação de informação útil aos diversos setores da economia.

Com base em alguns estudos anteriores [Cameron (1961, 1967), Goldsmith (1969), McKinnon (1973) e Gerschenkron (1962)], Rajan e Zingales (*apud* MATOS, 2002) examinam se o desenvolvimento financeiro facilita o crescimento econômico por reduzir o custo de financiamento externo para as firmas. Sob tal hipótese, os autores partem do pressuposto de que o desenvolvimento do sistema financeiro deve ter um efeito ainda maior na taxa de crescimento das firmas mais dependentes de financiamento externo, como as firmas industriais e combinam dados de indústrias e de países para o período de 1980-90.

Os resultados obtidos indicam que o desenvolvimento financeiro tem uma grande influência na taxa de crescimento econômico das firmas financeiramente dependentes, que decorre de redução do custo de financiamento externo. Os autores concluem que, existem evidências de que as imperfeições do mercado

financeiro têm impacto no investimento e no crescimento da firma e, conseqüentemente, da economia.

Mesmo com a predominância do entendimento de que o desenvolvimento financeiro afeta o crescimento econômico, existem controvérsias sobre se esta relação de causalidade é nesta direção, se na direção inversa ou se existe uma relação de bicausalidade.

MATOS (2002) apresenta uma análise histórica do pensamento econômico acerca da relação entre essas duas variáveis, permeando as quatro correntes principais que tratam do assunto.

A linha teórica principal e mais tradicional, discutida por Schumpeter (1959, publicado em 1911), Goldsmith (1969) e, mais recentemente, McKinnon (1973) e Shaw (1973), defende que o desenvolvimento financeiro afeta diretamente o crescimento econômico. De acordo com essa visão, o desenvolvimento do sistema financeiro exerce influência positiva na eficiência econômica dos países, por aumentar a liquidez, mobilizar poupança, intensificar a acumulação de capital e melhorar a alocação de recursos ¹.

As demais visões oscilam entre as postulações de determinação conjunta [Greenwood e Jovanovic (1990)] à relação inversa [Arestis e Demetriades (1998)] e à ausência de relação [Modigliani e Miller (1958)] ².

As teorias que postulam a ausência de relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico se baseiam na hipótese da teoria neoclássica de mercados perfeitos, em que as taxas de juros determinam as oportunidades de investimentos. Esta teoria apresenta um mundo irreal de mercados perfeitos, onde inexistem impostos, assimetria informacional e desigualdade de custos entre pessoas físicas e jurídicas.

Por outro lado, a análise não convencional ou pós-keynesiana, parte de uma abordagem na qual o investimento passa a ser a variável causai da determinação da demanda efetiva e, portanto, do nível da renda e poupança. Após o financiamento do investimento, o processo de criação da renda entra na dinâmica do multiplicador e a poupança é gerada como um subproduto do processo.

1 Autores citados por Matos (2002), pg. 6.

2 Idem

STUDART (1999) apresenta a alternativa pós-keynesiana à visão convencional, ressaltando a importância de um sistema bancário desenvolvido, pois ele cria condições de independência do financiamento do investimento e permite a acumulação em um nível superior àquele que seria viável pela simples acumulação de poupanças prévias.

A visão keynesiana propõe que para viabilizar investimentos é necessário que o sistema financeiro seja capaz de responder às demandas por liquidez colocadas pelas empresas que desejam investir. Não se trata, porém, apenas de criar meios de pagamento.

Keynes advertiu que este é apenas o primeiro passo, ainda que fundamental. Investir é comprar ativos, freqüentemente de duração média ou longa. Isto significa que a amortização dos investimentos consumirá um certo número de períodos de produção. Uma empresa, portanto, não poderá saldar os compromissos incorridos para a realização de investimentos em períodos curtos. O perfil do financiamento deve ser compatível com o perfil de amortização dos bens de investimento. Assim, se em um primeiro momento, a demanda que se coloca ao sistema financeiro é a disponibilização de meios de compra, em um segundo coloca-se a necessidade de transformação dos créditos obtidos inicialmente, usualmente de curto prazo, em obrigações de duração equivalente à dos ativos. Segundo Keynes, também aqui não se trata de poupar ou não, mas de oferecer os canais de financiamento de longo prazo adequados (na linguagem usual, de consolidar as dívidas de curto prazo em *funding* adequado).

Conforme CARVALHO (2006), a visão pós-keynesiana, enfatiza restrições financeiras sobre a demanda por investimentos, em contraste com a visão clássica, que focaliza o comportamento dos poupadores como condição para a realização de investimentos.

Em suma, na perspectiva pós-keynesiana, os bancos têm um papel central na dinâmica monetária e financeira de uma economia capitalista. De acordo com MODENESI (2007), eles deixam, assim, de ser considerados meras instituições neutras repassadoras de recursos reais poupados pelas unidades monetariamente superavitárias, passando a ser reconhecidos como agentes ativos criadores de moeda.

STUDART (1999) ainda ressalta que não existem soluções simples para os problemas financeiros relativos ao crescimento. É necessário analisar a estrutura financeira de cada país e as condições que determinaram seu desenvolvimento para, então, formular e desenvolver políticas financeiras. Sendo que estas podem variar de acordo com a situação do mercado de capitais.

2.2 DETERMINANTES DO *SPREAD* BANCÁRIO

Preliminarmente, será apresentada uma breve revisão da literatura convencional sobre a determinação do *spread* bancário.

De acordo com KLEIN (1971), o banco é visto como uma firma cuja principal atividade é a produção de serviços de depósitos e de empréstimos, por intermédio do emprego de uma tecnologia de produção de serviços bancários. A atividade bancária se desenvolve num ambiente de mercado, onde existe concorrência monopolista ou imperfeita. Neste contexto, o banco possui poder de monopólio na fixação da taxa de juros, comportando-se como um formador de preços. Isto explicaria a escala de produção e as estruturas ativa e passiva do banco, sendo que as decisões de um banco seriam capazes de afetar as taxas que remuneram os componentes do passivo, assim como aqueles integrantes do ativo bancário. Segundo OREIRO *et al.* (2004), nesta abordagem o *spread* bancário reflete fundamentalmente o grau de monopólio do banco, ou seja, a sua capacidade de cobrar um preço maior do que o custo marginal de produção dos serviços por ele oferecidos. Como conclusão, uma das previsões desse modelo é que o *spread* bancário é uma função crescente do grau de concentração do setor bancário como um todo.

Já numa segunda abordagem, o trabalho de Ho & Saunders (*apud* OREIRO *et al.*, 2004), o banco é visto não como uma firma, mas como um simples intermediário entre o tomador final e o prestador final. Isto acaba gerando incertezas. Primeiro, a incerteza pela falta de sincronização entre depósitos e empréstimos, que impõe um risco de taxa de juros para o banco. Em segundo lugar, a intermediação financeira expõe o banco a incertezas quanto ao retorno do seu ativo. Isto ocorre devido a função da inadimplência voluntária ou não dos tomadores. OREIRO *et al.* (2004) após análise da equação deste modelo conclui que os

determinantes do *spread* bancário são: a estrutura competitiva dos mercados, o custo médio operacional do banco, o grau de aversão ao risco do banco, a volatilidade da taxa de juros dos empréstimos interbancários, o risco de crédito, a covariância entre o risco de crédito e o risco de taxa de juros e o tamanho médio das operações de crédito e de depósitos do banco.

Conforme mencionam esses autores, nesta abordagem as variáveis macroeconômicas influenciam na determinação do *spread* bancário, como por exemplo, a volatilidade da taxa de juros cobrada sobre os empréstimos realizados no mercado interbancário é um reflexo direto da estabilidade macroeconômica do país. Outro fator crucial é o grau de aversão ao risco. De certa forma, eles podem refletir a própria instabilidade do ambiente em que eles operam. Se o ambiente é instável, os bancos possuem maior aversão ao risco. Cita-se ainda a co-variância entre o risco de taxa de juros e o risco de crédito. Uma elevada volatilidade da taxa básica de juros deve se traduzir, em alguma medida, numa alta variabilidade do nível de produção real. Assim sendo, os lucros também apresentam uma grande variabilidade. Conclui-se, então, que a instabilidade macroeconômica se reflete não apenas numa alta volatilidade da taxa de juros, como também num elevado risco de crédito, ou seja, é gerada uma grande co-variância entre o retorno dos empréstimos e o retorno das aplicações no mercado interbancário. Quanto maior for esta co-variância, maior será o *spread* bancário. (OREIRO *et al.*, 2004)

2.3 ESTUDOS TEÓRICOS SOBRE SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL

A partir do ano de 1994, foram desenvolvidos estudos sobre os determinantes do *spread* bancário no Brasil. Primeiramente, destaca-se o conduzido pelo Banco Central, que se intitula “Juros e *spread* bancário”. Nesta linha de trabalho, que o BACEN publica em forma de relatórios anuais a partir de 1999, é feita uma decomposição contábil do *spread*, além de outros estudos econométricos sobre os determinantes do *spread* no Brasil.

Tal decomposição foi realizada especificando-se os fatores relacionados com despesas administrativas, despesas de inadimplência, impostos indiretos e margem líquida do banco. No entanto, esta decomposição fornece poucas pistas sobre qual o

impacto esperado sobre o *spread* devido a alguma alteração em seus componentes. A equação estimada para o *spread* tem a seguinte forma:

$$\ln spread_t = \beta_0 Tend_t + \beta_1 \ln selic_t + \beta_2 \ln adm_t + \beta_3 \ln risk_t + \beta_4 \ln imp_t + \beta_5 \ln comp_t$$

Em que β_{ii} ($i = 0, \dots, 5$) são os parâmetros estimados, o *Tend*, é uma tendência determinista, que controla outras variáveis que podem ter efeito sobre *spread*, mas que não estão apresentados na equação acima, como por exemplo, a taxa de inflação, o nível de atividade bancária, as mudanças estruturais na indústria bancária decorrente das políticas de juros, a entrada de bancos, etc. Os regressores são: a *Selic*, que é a taxa básica de juros, *adm*; é uma medida da despesa administrativa dos bancos, *risk*; é uma *proxi* para o risco de crédito, medido através do *spread* do C-Bond sobre o rendimento dos títulos do Tesouro Americano de mesma maturidade. *imp*; são os impostos indiretos e o *comp* é o percentual de encaixes compulsórios sobre os depósitos à vista dos bancos.

Em 2001, a partir da metodologia adotada pelo Banco Central para a decomposição do *spread*, KOYAMA & NAKANE (2001) fizeram uma análise sobre o impacto esperado do *spread*, com a alteração em seus componentes, quais sejam: despesas administrativas, despesas de inadimplência, impostos indiretos, impostos diretos e margem líquida do banco. Os autores desagregaram o *spread* bancário em quatro fatores (taxa básica de juros, uma medida do prêmio de risco-país, a razão das despesas administrativas sobre o volume de crédito e impostos indiretos), com o objetivo de estimar um VAR (vetor autoregressivo). Como resultado, eles encontraram as seguintes importâncias relativas na formação do *spread* bancário para setembro de 2001: componente de risco (45%), despesas administrativas (20%), impostos indiretos (19%) e taxa Selic overnight (16%).

Nota-se primeiramente que a variável risco substitui a variável despesas de inadimplência. Nesse tratamento econométrico, a variável risco mostrou-se superior às despesas de inadimplência, devido ao seu caráter antecipador (*forward looking*), ou de expectativas com relação ao futuro. Já as despesas de inadimplência, se referem à perda de créditos concedidos no passado, tendo, portanto, uma natureza retroativa (*backward looking*). Assim sendo, considerando que o ano de 2001 foi um ano de incerteza na economia brasileira, a importância do componente de risco sobre o *spread* elevou-se. Já a taxa Selic pode ser vista como um custo de

oportunidade para os bancos em relação aos empréstimos ao setor privado, uma vez que os títulos do governo são *a priori* livres de risco.

Outro estudo importante é o de OREIRO *et al.* (2004), que consiste em uma análise de regressão múltipla com o intuito de identificar as variáveis macroeconômicas que podem estar influenciando direta e/ou indiretamente o *spread* bancário no Brasil entre 1995 e 2003. Os autores partiram da incorporação das seguintes variáveis ao modelo econométrico: *Spread*, volatilidade da taxa de juros (*proxy* de risco de taxa de juros bancário), taxa de juros Selic, produto industrial e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Após a realização dos exercícios econométricos, os autores concluíram que, tal como verificado empiricamente na literatura internacional, os fatores macroeconômicos têm grande importância na explicação da determinação do *spread* bancário. Eles destacam que a volatilidade da taxa de juros, eleva o risco de taxa de juros enfrentado pelo banco e aumenta o seu grau de aversão ao risco. Também destacam que a produção industrial mostrou o efeito de poder de mercado prevalecendo sobre o efeito inadimplência, uma vez que uma maior demanda por crédito implicou em maiores taxas de empréstimos.

Outros estudos apontam como hipótese para os elevados *spreads* praticados no Brasil o poder de mercado dos bancos, principalmente após o movimento de concentração bancária observado no país a partir de 1994. Entretanto, NAKANE (2003), após revisar e sumarizar alguns estudos sobre o poder de mercado no setor bancário brasileiro, encontrou evidências da existência de uma estrutura de mercado não-competitiva para o setor bancário brasileiro. Ao contrário, os bancos não aumentariam sua eficiência operacional operando, sempre com *spreads* elevados para gerar receita suficiente destinada a cobrir seus custos elevados e também para precificar seus serviços num patamar bastante superior ao custo marginal de produção dos serviços bancários.

Por outro lado, a tendência recente de aumento da concentração do setor bancário pode explicar em parte, o problema do elevado *spread* no Brasil, como sendo resultado do poder de mercado. Conforme dados do BACEN o *market share* (poder de mercado) dos 15 maiores bancos privados no ativo total do sistema bancário aumentou de cerca de 29%, em junho de 1988, para aproximadamente 47%, em janeiro de 2003.

Os estudos de NAKANE (2003) sobre a indústria bancária brasileira procuram detectar a presença de poder de mercado na sua acepção tradicional, ou seja, eles procuram investigar se a estrutura de mercado no Brasil pode ser representada por algumas das estruturas de mercado clássicas da organização industrial. Esse autor ainda ressalta no mesmo trabalho que o sistema bancário contém particularidades que o distingue de outros setores econômicos. Uma delas é a presença de assimetria de informações. Um banco tem mais informação sobre as características de seus clientes do que seus concorrentes, e devido aos problemas de seleção adversa toma-se muito difícil atrair clientes de boa qualidade sem que os benefícios e ofertas concedidos também atraiam clientes de baixa qualidade. A existência de custos de informação e de transferência possibilitou aos bancos a prática do poder de mercado. Conforme NAKANE (2003, pg. 59),

Modalidades de crédito relacionadas com a manutenção de contas bancárias, tais como cheque especial para pessoas físicas e conta garantida para pessoas jurídicas são tipicamente situações em que os clientes estão presos (*locked in*) a suas instituições bancárias, pela dificuldade de transferir a instituições competidoras seu histórico cadastral e reputação. Como resultados de elevados custos de transferência, as taxas de juros nestas modalidades são sensivelmente mais elevadas em que modalidades representando substitutos próximos.

Neste capítulo foi visto e destacado o sistema financeiro brasileiro, através de dados sobre sua evolução, a sua estrutura e a sua importância para o crescimento econômico, bem como feita uma análise dos determinantes e dos estudos teóricos do *spread* bancário, que é uma das principais fontes de lucratividade dos bancos, que será destaque no próximo capítulo.

3 FONTES DE LUCRATIVIDADE DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

Entre 1994 e 2005, o lucro conjunto dos onze maiores bancos do Brasil registrou um aumento de 1.797,13%, diante de uma inflação acumulada de 151,07%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE). Este lucro teve origem basicamente de três fontes: receitas de crédito, resultado de operações de tesouraria (principalmente títulos públicos) e receitas de prestação de serviços (tarifas bancárias).

O presente capítulo tem por objetivo analisar as principais fontes de lucratividade do sistema bancário brasileiro. Procura-se desenvolvê-lo através de três seções. Na primeira, será analisado o *spread* bancário no Brasil, que é o principal determinante da lucratividade dos bancos. Será analisada e discutida a evolução do *spread* no período após implantação do Plano Real, apontando fatores que influenciam o comportamento do mesmo e a decomposição contábil e econométrica do *spread* de acordo com a metodologia utilizada pelo Banco Central do Brasil, no intuito de apresentar seus componentes e destacar a importância dos mesmos na formação do *spread*, bem como efetuar apresentar algumas contestações deste modelo. Na segunda, será discutida a questão da concentração bancária e do poder de mercado exercido pelos bancos. Na terceira, será analisada as receitas de prestação de serviços dos bancos (tarifas) sobre o resultado dos bancos, sua origem e evolução, as tarifas dos principais bancos e a composição das receitas de prestação de serviços.

3.1 ANÁLISE EMPÍRICA DO *SPREAD* BANCÁRIO

O *spread* bancário é um elemento fundamental na lucratividade dos bancos e é uma medida do custo de intermediação financeira utilizada internacionalmente, definida de forma geral conforme Brock e Rojas-Suarez (*apud* LEAL, 2007) como a diferença entre os valores que o banco cobra dos tomadores de empréstimo e os valores que o banco remunera os depositantes¹.

3.1.1 A Evolução do *Spread* no Período Recente

Transformações importantes ocorreram na economia a partir de implantação do Plano Real em 1994, sendo que algumas afetaram diretamente as instituições bancárias. Os bancos deixaram de obter ganhos com *float* devido às altas taxas de inflação e foram obrigados a reestruturar suas operações. Antes disso, o crédito bancário não era prioridade das instituições financeiras, as quais operavam com taxas de juros elevadas. Em decorrência, o crédito tornou-se praticamente inacessível à maioria dos potenciais tomadores. Em 1994, conforme dados do BACEN (2005), o *spread* médio anual foi superior a 120%.

Nos anos que seguiram, houve muitas oscilações no nível de *spread*, uma vez que aconteceram vários choques macroeconômicos internacionais que afetaram diversas economias emergentes, entre elas o Brasil.

A partir de julho de 1994, o *spread* bancário sofreu uma trajetória de queda. Entretanto, devido aos efeitos da crise mexicana em 1995, acompanhada por uma abrupta elevação da inadimplência nas operações de crédito, os níveis de *spread* sofreram novo aumento.

No ano de 1996, iniciou-se um movimento de baixa do *spread*, que perdurou até a segunda metade de 1997, quando a crise da dívida pública brasileira afetou os bancos no que tange à avaliação de risco. Com isso, o *spread* voltou a aumentar.

¹ Ao tratar de *spreads* bancários no Brasil, utiliza-se a mesma definição do Banco Central segundo o qual “o *spread* bancário é definido como sendo a diferença entre a taxa de empréstimo e a taxa de captação de CDB (certificado de depósito bancário). A taxa média de CDB para o conjunto de instituições financeiras foi calculada a partir de uma média das taxas individuais ponderada pela captação líquida de cada instituição” (Banco Central do Brasil, 2002, p.50.)

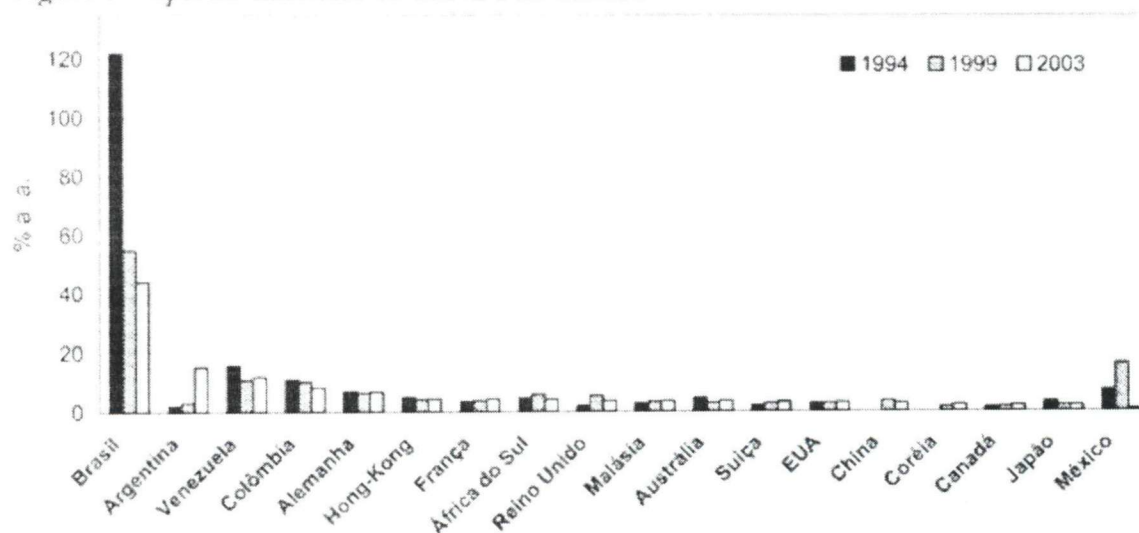
Nos anos de 1998 e 1999 verificaram-se fortes oscilações no *spread* bancário devido ao ambiente econômico internacional desfavorável às economias emergentes, em razão de ataques especulativos indutores da alta volatilidade no fluxo de capitais externos. No Brasil, graças a estes ataques e a escassez de reservas de moeda estrangeira, o regime cambial entrou em crise, resultando na adoção do câmbio flutuante em substituição ao regime de câmbio fixo administrado.

De acordo com o BACEN (2002), o regime de metas de inflação contribuiu para a redução de incertezas macroeconômicas, uma vez que a inflação passou a ser mantida sob controle quando comparado com os regimes anteriores. Isto se traduziu no principal fator de estabilidade macroeconômica, que propiciou uma redução dos níveis do *spread*.

A partir do ano 2000 até o final de 2002, o *spread* foi se mantendo em níveis próximos de 40% ao ano. Já em 2003, o *spread* médio foi de 44%, sendo sua taxa aproximadamente três vezes maior se comparada aos países latino-americanos e dez vezes maior se comparada aos países do leste asiático.

Observando a figura 1 a seguir, observa-se que o *spread* caiu bastante após a implantação do Plano Real; no entanto, o *spread* brasileiro ainda é muito elevado em comparação com de outras economias.

Figura 1 – *Spread* bancário no Brasil e no mundo



Fonte: IELDI, Carta n. 100, 2004, a partir de dados do FMI e do BCB.

Esperava-se que devido ao sucesso do Plano Real no que tange a estabilidade de preços e a sinalização de um ambiente macroeconômico mais estável, houvesse um aumento da oferta de crédito em proporção ao PIB. Contudo, isso não ocorreu. Ao contrário, registrou-se uma queda do crédito como proporção do PIB. Segundo o BACEN (2004), a relação crédito total/PIB, passou de 40% em junho de 1995 para patamares menores de 30% entre o período 2000/2003.

Dentre os fatores que influenciaram o *spread* após a implantação do Plano Real, é importante destacar eventos externos e internos que influenciaram a economia brasileira e consequentemente o comportamento do *spread* bancário. Como exemplo, podemos citar a crise econômica da Argentina, o atentado terrorista nos EUA, a mudança no regime cambial, a sucessão presidencial, a crise energética e as políticas contracionistas adotadas pelo governo para tentar minimizar o impacto das dificuldades conjunturais advindas dos cenários interno e externo. A principal característica destas políticas foi a elevação da taxa básica de juros, que chegou a 26.5% em fevereiro de 2003, conforme dados obtidos junto ao BACEN.

Cabe também ressaltar fatores microeconômicos relevantes, que influenciaram o comportamento do *spread* após a implantação do Plano Real. Os principais foram resultados de ações do Banco Central no intuito de reduzir o *spread* e são relativos a ações no sentido de melhorar o sistema de informações cadastrais para os bancos, o melhoramento do sistema de pagamentos brasileiro, criação da modalidade de empréstimos consignados em folha de pagamento, entre outros.

3.1.2 Decomposição do *Spread* Bancário

A partir do ano de 1999, o Banco Central do Brasil passou a publicar um projeto intitulado “Juros e *Spread* Bancário”. Neste projeto são divulgadas informações e estudos sobre o *spread* bancário, com o intuito de esclarecer melhor as condições da formação das taxas de juros e *spread* praticados no país, bem como formar uma base empírica para tomada de medidas que possam reduzir essas taxas. Esses estudos vêm sendo realizados pelo Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central do Brasil.

De acordo com o Banco Central, a fórmula para obter taxas de juros e consequentemente *spreads* baixos nos empréstimos não é única, sendo necessário

uma série de pré-condições. Como por exemplo, estabilidade macroeconômica e do sistema financeiro, criação de medidas fiscais, monetárias e de regulamentação bancária, aumento da transparência de informações do sistema bancário para com o público em geral e normas e leis justas e eficazes relativos aos contratos de créditos e a sua cobrança junto ao sistema judiciário.

A decomposição do *spread* bancário é de suma importância para a compreensão da formação dos custos do crédito ao tomador, sendo relevante analisar as variáveis que o compõe, com o intuito de buscar explicações para o fato de o *spread* bancário no Brasil ser tão elevado.

De acordo com a metodologia do Banco Central do Brasil, o *spread* bancário é composto pelos seguintes itens: custos administrativos, custos com inadimplência, cunha fiscal (impostos diretos, impostos indiretos e depósitos compulsórios) e margem líquida das instituições.

Como base de dados para as estimativas, foi utilizada uma amostra dos 17 maiores bancos do país em 1998, que serviram de *proxy* para a análise e mensuração dos componentes do *spread* bancário.

3.1.2.1 Decomposição Contábil

a) Custos Administrativos

Os custos administrativos são custos que os bancos incorrem quando implementam suas atividades. Estes custos são repassados no preço praticado pelos bancos aos tomadores. De acordo com FORTUNA (2002), os principais custos administrativos são os relacionados com pessoal, tamanho da agência (por suas implicações físicas), infra-estrutura administrativa, processos (do dia-a-dia/burocráticos), sistemas e produtividade dos funcionários. A dimensão dos custos administrativos depende do funcionamento das instituições financeiras e de fatores relativos ao sistema financeiro em questão, como por exemplo, questões regulatórias e normativas, bem como a própria concorrência entre os bancos.

b) Custos com Inadimplência

Um conceito inicial que serve para o entendimento da inadimplência é o risco de crédito. O risco de crédito é aplicado pelos bancos para determinar a taxa de juros que serão cobradas em um determinado empréstimo. Este risco é determinado pelo banco de acordo com uma análise de dados do cliente, e se refere a incerteza em relação ao tomador. Portanto, quando maior o risco, maior será a taxa de juros cobrada na operação (CARVALHO, *et al.*, 2000). Aumentando a inadimplência, o risco de crédito torna-se fator que determina o custo das operações e isto acarreta maiores taxas de *spreads* e menor volume de crédito concedido pelos bancos.

Para estimar a inadimplência, o BACEN coletou dados dos bancos através da utilização da conta de provisões de crédito de liquidações duvidosas (PCLD) registrada nos respectivos balanços. No entanto, conclui-se que esta é uma variável muito subjetiva, o que dificulta a sua real mensuração, uma vez que na conta PCLD são registrados não a inadimplência efetiva, mas percentuais dos créditos liberados que poderão, de acordo com o risco de crédito, tornar-se objeto de inadimplência, ou seja, trata-se de uma projeção de inadimplência, não retratando a realidade.

c) Cunha Fiscal

A cunha fiscal é definida como a parte que o governo recebe dos bancos em operações de crédito na forma de tributos. Esta tributação incidente sobre o crédito bancário é dividida em impostos diretos e indiretos. Os impostos diretos afetam o custo de todas as modalidades de crédito, pois incidem diretamente sobre o valor adicionado dos bancos. Dentre eles, citam-se a contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) e o imposto de renda (IR). Já os impostos indiretos incidem de diversas formas sobre as diferentes modalidades de crédito. Já os indiretos, temos o imposto sobre operações financeiras (IOF), as contribuições para o PIS/PASEP e COFINS e a contribuição provisória sobre movimentações financeiras (CPMF).

A cunha fiscal, portanto, tem influência direta sobre a determinação do *spread*. Um exemplo dessa influência, de acordo com o BACEN, foi a queda ocorrida no *spread* no período compreendido entre os anos de 1996 a 1999, que

foram consequência de ações governamentais no sentido de reduzir a cunha fiscal, mais especificamente a redução do IOF.

d) Margem Líquida

Conforme o BACEN, a margem líquida dos bancos engloba o resíduo do *spread* bancário, depois de avaliadas todas as variáveis que integram a sua composição. Assim, fazem parte da margem líquida dos bancos, o lucro dos bancos e também outras compensações para operações direcionadas (crédito rural, por exemplo) e possíveis erros e omissões nos cálculos realizados.

Esse componente do *spread* é de grande importância na análise, pois lucros altos dos bancos representam pesado ônus para a população, principalmente a parte que demanda crédito no sistema bancário. Nesta linha, a margem líquida/lucros dos bancos revelam as condições sob as quais o sistema financeiro está atuando, especialmente as relacionadas com o seu papel principal, que é a intermediação e a multiplicação de recursos para promoção do crescimento sustentado. Quando se registra elevado percentual de lucro dos bancos, em comparação com outros setores da economia, conclui-se que há espaço para redução deste *spread* e, portanto, um aumento do volume de crédito.

A tabela 1 abaixo apresenta, de acordo com o BACEN, a evolução do *spread* geral anual e o comportamento das variáveis contábeis que o compõem.

TABELA 1 – Decomposição do *spread* bancário

<i>Spread</i> e seus Componentes	Proporção do <i>spread</i> (%)		
	2001	2003	2004
1 – <i>Spread</i> Total	100,00	100,00	100,00
2 – Custo Administrativo	19,84	21,87	21,56
3 – Inadimplência	31,04	31,73	33,97
4 – Custo do compulsório	9,51	6,51	7,00
5 – Tributos e taxas	7,10	7,24	8,37
6 – Resíduo bruto (1-2-3-4-5)	32,51	32,65	29,10
7 – Impostos diretos	11,14	9,88	9,30
8 – Resíduo líquido (6-7)	21,37	22,77	19,80

FONTE: Banco Central (2005)

3.1.3 Análise Empírica do Modelo Econométrico do Banco Central

A decomposição contábil do *spread* bancário conforme apresentada acima não apresenta como componente do *spread* a taxa de juros SELIC e também não consegue mensurar a sensibilidade do *spread* em caso de alterações de algum de seus componentes.

Diante disto, em 2001 o BACEN em continuidade de seu trabalho lançado em 1999, publicou um estudo chamado “Juros e *Spread* Bancário - Avaliação de dois Anos do Projeto”. Neste estudo foi desenvolvida uma equação econométrica para o *spread* no intuito de identificar a sensibilidade do mesmo à variações de seus componentes no longo prazo.

O modelo econométrico do BACEN (vide item 2.3 deste trabalho) para o período compreendido entre agosto de 1994 e setembro de 2001, teve como resultado a equação abaixo:

$$\ln \text{spread} = -0,0003 \text{ tend} + 0,503 \ln \text{selic} + 1,554 \ln \text{adm} + 0,219 \ln \text{risk} + 0,723 \ln \text{imp}$$

Através dessa equação, observa-se que o *spread* sofre impacto no longo prazo da taxa Selic, das despesas administrativas, do risco, dos impostos, porém não sofre impacto de outros fatores pela tendência determinista (inflação, por exemplo).

A equação mostra a elasticidade do *spread* com relação às variáveis tomadas em consideração. A variável que impacta mais o *spread* é as despesas administrativas, ou seja, se as despesas aumentarem em 1%, o *spread* aumentará em 1,554%.

Nessa decomposição econométrica, em contraste com a decomposição contábil, verifica-se que a variável risco substitui a variável inadimplência. Como a variável risco é relacionada ao cenário futuro e a inadimplência refere-se à perda efetiva de créditos no passado, o BACEN utilizou a variável risco, pois para construção do modelo econométrico utiliza-se taxa *ex ante* de *spread*¹.

Um avanço da decomposição econométrica foi a inclusão da variável Selic. Com isto, pode-se analisar a sensibilidade do *spread* provocada pelas variações e expectativas relativas ao cenário macroeconômico, que regem a definição da taxa básica de juros pelas autoridades monetárias.

Outra alteração foi a eliminação das variáveis relacionadas à cunha fiscal e à margem líquida dos bancos. Segundo o BACEN, estas variáveis estão incluídas nos componentes Selic e *risk*. Ainda segundo o BACEN, a taxa Selic pode, em parte, medir a taxa bruta de *mark up*, enquanto que a variável *risk* pode, também em parte, mostrar uma parcela da margem líquida dos bancos, pois os valores das diferentes modalidades de créditos dos bancos se relacionam com o risco de cada qual.

Apesar de sua coerência lógica, conforme COUTINHO (2003), algumas críticas podem ser feitas a este modelo do BACEN, quais sejam:

- i) o modelo econométrico não é totalmente completo, uma vez que não apresenta a sensibilidade do *spread* em relação ao perfil do setor bancário, sendo que o BACEN não analisou o aumento da concentração bancária como fator influente no *spread*;
- ii) a variável *risk* impacta o *spread*, uma vez que ela mede a diferença de rendimentos externos, mas não se relaciona com os juros domésticos, que são os que de fato determinam o *spread* e as operações de crédito;
- iii) note-se que a variável *risk* explica o aumento do *spread* em períodos de incertezas macroeconômicas, uma vez que o Brasil sempre foi alvo de ataques especulativos em tempos de crises internacionais e com isso, diante da piora no ambiente macroeconômico e da perda de capitais, o governo se vê obrigado a aumentar a taxa de juros Selic e com isso o *spread* também aumenta.

¹ Para maiores explicações sobre taxa de *spread ex ante* ver LEAL (2007), Estruturas e determinantes do *spread* bancário no Brasil após 1994: uma análise da literatura empírica.

3.2 CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E PODER DE MERCADO

Com o advento do Plano Real em 1994 muitas transformações importantes ocorreram na economia, sendo que algumas afetaram diretamente as instituições bancárias e causaram mudanças estruturais.

Diversos fatores e acontecimentos marcaram a conjuntura econômica brasileira. Antes do Plano Real os bancos ganhavam em cima da alta inflação e suas principais receitas eram os ganhos com o *floating inflacionário*. Após a estabilização dos preços promovida pelo plano econômico, as receitas inflacionárias tiveram uma queda abrupta, sendo que alguns bancos de pequeno porte que ganhavam com esse tipo de receita, não resistiram e foram extintos.

No início do Real, os bancos aumentaram suas operações de crédito para compensar sua perda de receita com o *floating*. Porém, em 1995 a crise mexicana influenciou a política monetária e creditícia brasileira, de forma que estas se tornaram restritivas, resultando em um grande aumento da taxa básica de juros, diminuindo o crescimento econômico do país e da inadimplência dos tomadores de empréstimos. Isto causou problemas aos bancos, sendo que foi preciso a intervenção do Banco Central em grandes bancos, tais como o Banco Econômico e o Banco Nacional.

No intuito de impedir uma crise bancária generalizada, o governo adotou várias medidas voltadas para a reestruturação e o fortalecimento do sistema financeiro, com destaque para a criação do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional).

Em 1996 o governo lançou o PROES (Programa de Incentivo para Reestruturação do Sistema Financeiro Estatal), com o objetivo de incentivar as privatizações de bancos públicos, devido a existência de problemas de endividamento dos bancos estaduais e às crises bancárias de 1995.

Em 1997 e 1998 aconteceram crises externas no sistema financeiro internacional. As crises asiática (1997) e russa (1998) não geraram grandes perdas para os bancos no Brasil. Em face da estratégia de ajuste patrimonial que vinha sendo adotada desde 1995. Inicialmente aumentaram a participação de títulos imobiliários e haveres pós-fixados em seus ativos (títulos de curto prazo). Num segundo momento reduziram seus volumes de crédito e se protegeram através de

uma política de *hedge* cambial contra possíveis desvalorizações de moeda estrangeira.

Outro fator importante foi o avanço tecnológico do setor. Os bancos investiram pesado em tecnologia e implantaram um novo sistema brasileiro de pagamentos (SPB), que proporcionou maior velocidade e segurança nas transações.

De acordo com esta conjuntura, iniciou-se no Brasil o movimento de consolidação (fusões e aquisições) bancária de maior notoriedade da história do país.

Com este processo de consolidação, que acompanhou tendências internacionais, houve redução do número de bancos, diminuição de empregos do setor e aumento do grau de concentração do sistema. Iniciou-se uma onda de internacionalização, privatizações de bancos públicos regionais e incorporação de bancos de pequeno e médio portes pelos conglomerados nacionais ou estrangeiros. Com a abertura do sistema financeiro no bojo do PROER, os grandes bancos privados nacionais começaram um movimento de reação defensiva participando de fusões e aquisições.

No quadro 1 a seguir, apresentam-se os principais conglomerados que se formaram no país entre 1995 a 2003, com a incorporação e venda de bancos.

QUADRO 1 – Consolidação do sistema bancário no Brasil

1995	2003	1995	2003
Bradesco (SP) BCN (SP) Credireal (MG) Baneb (BA) Boavista (RJ) BEA (AM) Mercantil de SP (SP) Bilbao Vizcaya (SP) Excel (SP) Econômico (BA) Banco Cidade (SP)	BRADESCO (SP)	Multibanco (RJ) Nations Bank (RJ) Liberal (RJ)	Bank of América (RJ)
Itaú (SP) Banerj (SP) Bemge (MG) Banestado (PR) BEG (GO) América do Sul (SP) BBA Creditanstalt (SP)	ITAÚ (SP)	Santander (SP) Banespa (SP) Geral do Comércio (SP) Noroeste (SP) Bozano Simonsen (RJ) Meridional (RS)	Santander (SP)
ABN Amro (SP) Real (SP) Bandepe (PE) Paraiban (PB) Sudameris (SP)	ABN Amro (SP)	Unibanco (SP) Nacional (MG) Sul América (SP) Dibens (SP) Bandeirantes (SP) Banorte (SP) Credibanco (RJ)	Unibanco (SP)

FONTE: BANCO CENTRAL (2004). Relatório de Economia Bancária e Crédito.

De acordo com o quadro 1 acima, se observa a redução do número de bancos no país, uma vez que foram formados grandes grupos nacionais e conglomerados estrangeiros.

A tabela 2 abaixo apresenta os maiores conglomerados bancários no Brasil, sendo que os quatro maiores são nacionais.

TABELA 2 – Maiores conglomerados bancários no Brasil – ativos totais (%)

Instituições Financeiras	1999	2000	2001	2002	2003
BB	16,95	16,87	15,4	16,11	17,79
CEF	16,88	15,68	10,83	11,49	12,36
BRADESCO	12,93	13,19	14,3	13,68	15,01
ITAU	9,93	9,00	9,61	9,87	10,77
SANTANDER	6,20	6,30	6,13	6,44	5,45
UNIBANCO	4,53	4,46	5,30	5,63	5,28
ABN	3,10	3,80	3,60	4,38	4,32
SAFRA	2,10	2,53	2,81	2,16	2,59
NOSSA CAIXA	2,20	2,00	2,30	2,40	2,18
HSBC	2,63	2,80	2,95	2,06	2,10
OUTROS	22,55	23,37	26,77	25,78	22,15
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: BANCO CENTRAL (2004). Relatório de Economia Bancária e Crédito.

Este aumento da concentração bancária gerou um aumento da concorrência do setor, que tem levado os bancos a uma contínua busca por aumento de seus lucros. Porém, conforme conclusão do trabalho realizado por TONOOKA e KOYAMA (2003), os índices de concentração não têm impacto sobre as taxas de empréstimos cobradas pelos bancos (tanto positiva quanto negativa).

Seguindo o mesmo raciocínio, TROSTER (2004) em seu trabalho sobre concentração bancária, defende que o sistema bancário brasileiro não é muito concentrado e que houve um processo parecido em outros países da América Latina.

Por outro lado, ao contrário dos estudos que sugerem que o poder de mercado dos bancos brasileiros é baixo, pela análise da decomposição contábil do *spread* realizada pelo BACEN observa-se que houve alterações do grau de importância dos seus componentes no decorrer dos anos após o início do processo de concentração bancária, principalmente no que se refere à inadimplência e aos lucros. A inadimplência que detinha sempre maior participação na formação do *spread* foi superada pelo componente lucro dos bancos e isso pode ser considerado um aumento do poder de mercado devido ao processo de concentração bancária.

Denota-se que desde 1994 tem-se em paralelo ao aumento da concentração do setor bancário uma redução do *spread* bancário (conforme gráfico 1). Esse fenômeno pode ser explicado devido ao aumento do poder de mercado dos bancos, pois conforme COUTINHO (2003), essas instituições reduziram suas taxas de captação (CDB, poupança) em proporção menor do que as taxas de aplicação (empréstimo), fato que gerou uma queda do *spread*.

Diante dos dados apresentados, conclui-se que o aumento da concentração do setor bancário no Brasil possibilitou que os maiores bancos lograssem elevados níveis de desempenho operacional. Isto de certa forma comprova que os bancos estão tendo, ao longo deste período de consolidação bancária, um aumento de rentabilidade e lucratividade. Esperava-se inicialmente, que com a entrada das instituições estrangeiras no mercado brasileiro, houvesse um aumento da concorrência, fato este que não se realizou, pois estas instituições aderiram às estratégias dos bancos nacionais.

Com a concentração bancária através do sistema de bancos múltiplos vigente desde 1988, os bancos estão obtendo ganhos de escala e de escopo, pois os grandes conglomerados executam diversas atividades bancárias em uma única instituição. Além disso, os bancos investiram pesado em tecnologia para viabilizar a automação de seus produtos, que tornam os custos mais baixos e aumentam a eficiência operacional.

O processo de concentração bancária proporcionou aos bancos um grande poder de mercado, através do qual os 5 maiores bancos possuem mais de 50% do poder de mercado, o que caracteriza elevado grau de oligopolização do setor. Além disso, os bancos souberam enfrentar a perda de receita inflacionária e lograram outras formas de ganhar dinheiro, entre elas, o *spread* bancário, as operações envolvendo títulos públicos e a uma nova forma de receita que até então não era muito utilizada: a cobrança generalizada de tarifas pela prestação de serviços, conforme será visto a seguir.

3.3 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.3.1 Origem e Evolução das Receitas de Prestação de Serviços

Antes do advento do Plano Real, conforme se salientou anteriormente, o lucro dos bancos era baseado principalmente em operações de crédito de curto prazo e em ganhos com *floating*, que era possível devido às altas taxas de inflação.

Nos anos que se seguiram, os bancos deixaram de obter ganhos com o *floating* e tiveram que desenvolver novas estratégias com vistas a manterem seus lucros. Para tanto, diversificaram o *mix* de produtos oferecidos e, concomitantemente, desenvolveram um eficiente sistema de cobrança de tarifas bancárias, ou seja, deu-se início a cobrança pela prestação de serviços que até então eram gratuitos, entre os quais, a renovação cadastral, a manutenção de cartão magnético, a disponibilização de extratos bancários, a emissão de cheques de baixo valor e a remessa domiciliar de talão de cheques, etc.

Neste novo contexto de inflação sob controle, os ganhos oriundos da cobrança de tarifas bancárias passaram a ter maior importância no resultado dos bancos, em substituição às receitas anteriormente proporcionadas pelos altos índices de inflação. Em 1994, de acordo com o BACEN as receitas tarifárias representavam 6,25% do total das receitas do setor bancário. Já em 2005, as receitas tarifárias eram responsáveis por 12,7%.

O crescente fluxo de receitas provenientes da cobrança de tarifas e a política bancária de diminuição de despesas com pessoal contribuíram para aumentar o grau de eficiência microeconômica dos bancos. Em 1994, as receitas de tarifas conseguiam pagar em torno de 26% da folha de pagamento do setor bancário. Já, em 2005, as receitas tarifárias foram mais que suficientes para cobrir a folha de pagamento. De 1994 a 2005, a receita tarifária aumentou 582% nominalmente, enquanto as despesas com folha de pagamento aumentaram 56,5%, diante de uma inflação acumulada de 168,9%.

A tabela 3 a seguir mostra a razão entre a receita de tarifa de serviços e despesa com proventos de pessoal dos principais bancos brasileiros.

TABELA 3 – Razão entre tarifas e despesas com proventos de pessoal dos principais bancos brasileiros – 1994-2005

Banco	Razão entre receitas de tarifa e despesas com proventos de pessoal (%)				
	12/1994	12/1997	12/2000	12/2003	12/2005
BB	23,04	43,30	62,58	83,44	125,44
CEF	19,81	27,74	43,06	78,53	57,88
HSBC	-	53,00	59,72	73,83	145,89
Bradesco	26,43	52,80	103,68	88,64	127,15
Itaú	43,07	110,18	140,66	189,71	261,88

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2005)

Conforme se observa na tabela 3, em 1994 os bancos não conseguiam cobrir sua folha de pagamento com os recursos advindos das tarifas. Porém em 2005, com exceção da CEF, os rendimentos tarifários já ultrapassavam o gasto da folha de pagamento.

A tabela 4, mostra a evolução das principais fontes de receita dos cinco principais bancos.

TABELA 4 – Evolução das receitas dos principais bancos brasileiros – 1994-2005

Banco	Receita	Participação do grupo de receita em relação a soma dos grupos em final de período (%)				
		1994	1997	2000	2003	2005
BB	Crédito + Renda Fixa	94,51	90,76	85,14	87,54	82,66
	Tarifas	5,49	9,24	14,86	12,46	17,34
CEF	Crédito + Renda Fixa	97,95	95,07	91,97	89,69	90,86
	Tarifas	2,05	4,93	8,03	10,31	9,14
HSBC	Crédito + Renda Fixa	-	85,47	85,56	83,32	84,17
	Tarifas		14,53	14,44	16,68	15,83
Bradesco	Crédito + Renda Fixa	95,20	91,39	82,21	82,21	82,93
	Tarifas	4,80	8,61	17,79	17,79	17,07
Itaú	Crédito + Renda Fixa	94,17	80,45	83,67	80,98	78,31
	Tarifas	5,83	19,55	16,33	19,02	21,69

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2005)

Observa-se que no período de 1994 a 2005, a evolução da participação relativa das receitas obtidas com tarifas foi bastante superior às receitas oriundas de operações de crédito e títulos de renda fixa. Em 1994, as receitas obtidas eram predominantemente oriundas de operações de crédito e operações com títulos do governo. Já em 1997, nota-se que as receitas obtidas com tarifas ganham mais

representatividade. De acordo com a tabela 4 acima, Itaú e HSBC já obtêm mais de 10% do total das receitas por meio da cobrança de tarifas. Em 2003 percebe-se que nenhum dos bancos apresentava participação de tarifas inferior a 10%.

3.3.2 Tarifas nos Principais Bancos

Os valores de cada tipo de tarifa podem fornecer informações importantes sobre o grau de concorrência do setor. As tarifas são cobradas de maneira avulsa, à medida que o cliente demanda algum serviço ou adquire produtos bancários. A grande maioria dos bancos, no entanto, prefere utilizar uma mensalidade fixa, que na realidade compreende um pacote fechado de serviços e produtos pré-determinados disponibilizado aos clientes de forma prévia. Neste caso, a cobrança é feita independente da plena utilização de todos os serviços/produtos disponíveis. Além disso, o cliente ainda deve pagar por qualquer item extra-pacote.

Com efeito, para analisar a questão das tarifas, deve-se tomar o cuidado de selecionar previamente aquelas que não estão inclusas nos pacotes dos bancos, ou aquelas que frequentemente extrapolam o limite estabelecido no pacote. Pois aquelas tarifas que estão inclusas no pacote de serviços e que não são frequentemente usadas não servem de parâmetro para análise.

As tarifas mais significativas para esta análise estão na tabela 5 abaixo, que mostra o valor médio das tarifas, seu desvio-padrão e coeficiente de variação.

TABELA 5 – Dados descritivos por tipo de tarifa nos oito principais bancos brasileiros em depósito à vista – jan./2006

Tipo tarifa	Média (R\$)	Desvio-padrão (R\$)	Coeficiente de variação (%)
Cheque administrativo	22,43	1,72	7,66
Cheque avulso	2,77	1,01	36,33
Cheque devolvido	14,62	0,52	3,60
Sustação de cheque	9,68	1,58	16,33
Exclusão de CCF	20,09	3,14	15,63
Adiantamento a depositante	21,31	1,58	7,42
Saque em guichê 24 horas	2,19	0,50	23,00
Extrato em terminal eletrônico	1,75	0,79	33,49
Cópias de microfilmes	5,91	1,09	18,45

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2005)

Observa-se que naquelas tarifas de serviços nas quais o cliente não tem opção sobre o seu uso, ou seja, tarifas referentes a adiantamento a depositante ou cheque devolvido por insuficiência de fundos, os bancos utilizam a estratégia de manter os valores destas tarifas elevadas, dado o caráter obrigatório e o monopólio do serviço em questão.

O mesmo observa-se para as tarifas de exclusão do cadastro de cheques sem fundo (CCF), de sustação de cheques e cópias de microfilmes. Como os clientes precisam destes serviços para regularizar sua situação junto ao cadastro de emitentes de cheque sem fundo, realizar a sustação de algum cheque ou obter uma cópia de documento, eles não vêem alternativas senão pagar o valor da tarifa imposto pelo banco. Os bancos cientes da baixa elasticidade-preço desta demanda agem de forma monopolística, elevando os preços, pois para o cliente pouco importa se o valor da tarifa diminuiu ou aumentou, visto que ele precisa regularizar e resolver sua situação.

Excetuando-se estes detalhes, as tarifas em geral apresentam baixos coeficientes de variação, demonstrando que seus valores são semelhantes, o que denota uma baixa competitividade entre os bancos.

3.3.3 Composição das Receitas de Prestação de Serviços

Em sua maior parte os bancos não contabilizam de forma separada nos seus balanços a receita de prestação de serviços. Assim, é difícil a identificação dos serviços que possuem maior participação na arrecadação dos bancos. Entretanto, o Banco do Brasil, Bradesco e Itaú são algumas das poucas instituições que publicam de forma desagregada a origem da arrecadação de suas receitas tarifárias, o que permite fazer uma análise da composição destas receitas.

Nesses três casos, percebe-se que as principais fontes de arrecadação das receitas têm origem na cobrança de tarifas de contas correntes, cartões de crédito e tarifas com operações de crédito, em que se inclui a tarifa com abertura de crédito (TAC). A soma total das receitas de prestação de serviços destes três bancos corresponde a 17,3% do seu faturamento, aproximadamente R\$ 20,1 bilhões. Este valor representa metade das receitas de prestação de serviços do setor bancário brasileiro, que é formado por 135 bancos, o que caracteriza um alto grau de

concentração do setor, uma vez que 2,2% dos bancos detêm 50% da receita de prestação de serviços.

Nas tabelas 6, 7 e 8 a seguir se discriminam as receitas de prestação de serviços do Banco do Brasil, Bradesco e Itaú.

TABELA 6 – Receitas de Prestação de Serviços do Banco do Brasil

Discriminação	2001	2005	Aumento Nominal	Aumento Real ⁽³⁾
1. Total	3.637.779	7.045.699	93,68%	39,30%
1.1 Plano Ouro (pacote de serviços)	362.675	1.507.443	315,65%	198,90%
1.2 Tarifas bancárias ¹	314.658	515.776	63,92%	17,90%
1.3 Outros Serviços ²	2.960.446	5.022.480	69,65%	22,00%
2. Clientes correntistas (milhões)	13.844	22.907	65,50%	65,50%

Fonte: Banco do Brasil. "Grandes Números"

Elaboração: DIEESE. Subseção SEEB DF

Notas:

- 1) Tarifas sobre serviços de depósitos, manutenção de conta corrente, fornecimento de documentos e cadastros.
- 2) Custódia, administração do pasep, transferências de fundos, taxas de administração de fundos de investimento, serviços de comércio exterior, exame de retirada de nome do CCF, etc.
- 3) Deflacionado pelo ICV-DIEESE.
- 4) Valores em R\$ mil.

TABELA 7 – Receitas de Prestação de Serviços do Bradesco

Discriminação	2001	2005	Aumento Nominal	Aumento Real ⁽²⁾
1. Total	2.690.439	5.281.658	96,31%	41,20%
1.1 Serviços de Conta Corrente	744.014	1.698.988	125,35%	64,20%
1.2 Tarifas com Operações de Crédito	293.537	1.020.767	247,75%	150,05%
1.3 Taxa de Administração de Fundos	472.655	571.845	20,99%	-13,00%
1.4 Outros Serviços ⁽¹⁾	1.180.233	1.990.058	68,62%	21,20%
2. Clientes correntistas (milhões)	12,0	16,5	37,50%	37,50%
3. Operações de Crédito	34.353.734	63.642.466	85,26%	33,20%

Fonte: Demonstrações Contábeis do Bradesco

Elaboração: DIEESE. Subseção SEEB DF

Notas:

- 1) Administração de fundos, cobrança, tarifa interbancária, taxas de custódia e corretagens, administração de consórcio, etc.
- 2) Deflacionado pelo ICV-DIEESE.
- 3) Valores em R\$ mil.

TABELA 8 – Receitas de Prestação de Serviços do Itaú

Discriminação	2001	2005	Aumento Nominal	Aumento Real ⁽²⁾
1. Total	4.189.920	7.737.051	85,58%	32,8%
1.1 Cartões de Crédito	1.100.739	1.904.263	73,00%	24,4%
1.2 Administração de Fundos	846.748	1.630.893	92,61%	38,5%
1.3 Serviços de Conta Corrente	734.053	1.458.609	98,71%	39,9%
1.4 Outros Serviços ⁽¹⁾	1.508.362	2.773.286	83,86%	32,2%
2. Clientes correntistas (milhões)	12,2	14,65	20,08%	20,08%
3. Número de cartões de crédito (milhões)	4.590	8.510	85,40%	85,40%

Fonte: Demonstrações Contábeis do Bradesco

Elaboração: DIEESE. Subseção SEEB DF

Notas:

- 1) Consulta à Serasa, serviços de custódia e corretagens, serviços de câmbio, tarifa interbancária, cobrança, operações de crédito (TAC), etc.
- 2) Deflacionado pelo ICV-DIEESE.
- 3) Valores em R\$ mil.

Dos bancos analisados, o Banco do Brasil é o único que explicita o valor arrecadado pelo pacote de serviços – o Plano Ouro. Em 2005, nota-se que seu faturamento ascendeu a R\$ 1,5 bilhão através do pacote de serviços.

No caso do Bradesco, no período entre 2001 e 2005, enquanto o número de correntistas do banco aumentou 37,5%, a expansão das tarifas total aumentou 41,2%, sendo que as tarifas de serviços de conta corrente cresceram quase o dobro da expansão de clientes. Este fato chama a atenção, pois o relatório do banco sempre associa o crescimento das receitas de prestação de serviços com o aumento do número de clientes. No entanto, não se menciona a influência do aumento nos preços dos serviços prestados. Se dividirmos o total das tarifas de contas correntes pelo número de clientes, temos que em 2001, o pagamento médio anual por cliente era de R\$ 66,02; já em 2005 este valor foi de R\$ 102,97, representando um aumento real de 12,2%.

Semelhantemente, o Itaú registrou entre 2001 e 2005 um aumento de 32,8% no total de suas receitas com serviços de conta corrente, superando a evolução do número de clientes correntistas, que cresceu 20,5% no período. Já o pagamento médio anual por cliente teve um aumento real de 16,5%, passando de R\$ 60,17 em 2001 para R\$ 97,48 em 2005.

O presente capítulo destacou as principais fontes de lucratividade do sistema bancário brasileiro. Foi analisado aspectos acerca do *spread* bancário, que é o principal determinante na lucratividade dos bancos, foi discutida também a questão da concentração bancária e poder de mercado exercido pelos bancos e por fim, analisado a evolução da cobrança de prestação de serviços exercida pelos bancos. Conclui-se, que os bancos souberam aproveitar os cenários macroeconômicos que primeiramente lhes pareciam desfavoráveis e conseguiram maximizar suas principais fontes de lucratividade, pois conseguiram se adequar a novos cenários, atuando de forma vantajosa e eficiente microeconomicamente.

O próximo capítulo busca analisar a funcionalidade do sistema bancário no cumprimento de seu papel de fomentador do crescimento econômico, ou seja, analisar se este sistema é eficiente macroeconomicamente.

4 ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS EM TORNO DA EFICIÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

Neste capítulo será feita uma análise sobre a questão do papel do sistema financeiro brasileiro no que tange ao seu apoio ao investimento produtivo, discutindo a questão da eficiência bancária.

Analisar-se-á a questão da eficiência do sistema financeiro no que tange a estimulação do crescimento econômico via disponibilização de crédito.

4.1 EFICIÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

O sistema financeiro brasileiro, principalmente o sistema bancário, é alvo de muitas críticas relativas à insuficiência do seu apoio ao desenvolvimento da atividade produtiva, especialmente ao investimento das empresas, em linhas de crédito de longo prazo para que elas possam financiar a acumulação do capital produtivo com mais segurança. Nota-se que apenas o BNDES oferece recursos de longo prazo à indústria, assim como apenas o Banco do Brasil incentiva o investimento agrícola. Por outro lado, as instituições bancárias privadas tem em sua imagem a expressão de parasitas, que fomentam seus lucros através dos lucros com títulos da dívida pública, ou através da exploração de forma monopolística dos mercados de serviços financeiros privados, ou pela imposição de juros excessivos, ou ainda pela cobrança de tarifas exorbitantes por serviços prestados.

Entretanto, para CARVALHO (2006), as críticas segundo as quais as instituições financeiras que operam no Brasil são ineficientes devem ser tomadas com certo cuidado. O autor coloca em discussão outro conceito, que é o da *disfuncionalidade*. Isto porque uma instituição é *eficiente* se responde adequadamente aos incentivos que o contexto em que ela opera lhe coloca. No entanto, ela será *disfuncional* se sua operação não contribuir para se alcançarem certos objetivos que a sociedade defina como desejáveis.

Ao analisar o período de crescimento intenso da economia brasileira ocorrido entre o final da segunda guerra e o final dos anos 70, percebe-se que o sistema financeiro foi disfuncional do ponto de vista da necessidade de apoio ao crescimento econômico, uma vez que os recursos financeiros necessários às empresas privadas

nacionais foram gerados internamente às próprias empresas, através da retenção de lucros ou pelo apelo a fontes não convencionais de crédito. Em contrapartida, não se pode afirmar que estas instituições financeiras foram ineficientes. Na verdade, elas têm sido altamente eficientes no sentido microeconômico, isto é, no aproveitamento das oportunidades de lucro que lhes têm sido oferecidas. Observando os últimos anos, os bancos obtiveram consideráveis retornos com pequeno risco, oriundos da aplicação de recursos em títulos públicos. Como os bancos são empresas, estes serão eficientes quando se tornam capazes de maximizar seus lucros com o menor risco possível.

CARVALHO (2006) afirma que a disfuncionalidade do papel do sistema financeiro brasileiro no apoio ao crescimento econômico deve ser explicada mais pela combinação perversa de incentivos que lhes são oferecidas a alguma ineficiência intrínseca. Como exemplo de combinação perversa de incentivos, o autor cita a proposta da abertura do setor financeiro a bancos estrangeiros, que demonstram índices de eficiência operacional mais elevada em seus países de origem. Porém, estes mesmos bancos, ao operar no Brasil, apresentam padrões de comportamento idênticos, ou até mesmo inferiores ao dos bancos locais. Em suma, a liberação da entrada de bancos estrangeiros no Brasil, entre 1996 e 1999, não foi capaz de alterar a estrutura de mercado local devido às características e aos incentivos colocados pelo contexto em que operam.

Estes incentivos perversos devem ser considerados em vários sentidos, que moldam a operação do sistema financeiro brasileiro em diversos aspectos. Por um lado, as características sociais brasileiras, bem como questões de concentração de renda e riqueza fazem vir a tona duas medidas bastante diversas de eficiência. A primeira é a *eficiência em relação a custos* e a segunda é a *eficiência em relação a lucros*. Com relação a custos, a empresa é eficiente quando é capaz de produzir seus produtos com custos mais baixos do que seus concorrentes. Este tipo de eficiência é relevante em mercados de massa, onde os produtos são basicamente sem diferença e oferecidos ao público em geral. Já a eficiência com relação a lucros, a empresa se torna eficiente quando consegue produzir bens ou serviços que lhe maximizem o lucro, mesmo que sejam produzidos com custos mais elevados. Este tipo de eficiência interessa as empresas que atuam num mercado de competição imperfeita, com diferenciação de produtos.

O setor bancário brasileiro opera em uma economia que é marcada pela polaridade entre diversos grupos sociais que possuem poder de compra para demandar produtos financeiros com um grau avançado de sofisticação, cuja produção é intensiva em trabalho qualificado, e outros grupos cuja demanda se rende a serviços e produtos mais simples e poucos lucrativos. Neste tipo de cenário, as empresas buscam ser eficientes com relação a lucros servindo o primeiro grupo, mesmo que os custos de operação sejam mais elevados, pois o lucro que se alcançará compensará o custo maior.

Os bancos recebem incentivos perversos tanto no lado do seu ativo quanto de seu passivo. No ativo, são estimulados a concentrar aplicações na aquisição de títulos públicos ao invés de prestar apoio ao setor privado. Pelo lado do passivo, são estimulados a captar recursos junto aos grupos de média e alta renda, que são capazes de absorver os serviços mais diversificados e sofisticados que interessam às instituições bancárias.

Observa-se que o perfil atual do sistema financeiro brasileiro possui características que são inerentes a estrutura da economia brasileira, como por exemplo, a concentração de renda e riqueza e uma situação de instabilidade pela qual a economia operou nos últimos anos. Como consequência, os bancos se estruturaram de forma concentrada, no qual, como se viu anteriormente, 5 bancos detêm mais de 50% dos ativos totais do setor. Esta desigualdade sugere fenômenos de liderança de preços que dominam o mercado.

Assim, poucas instituições dominam e lideram o mercado, sendo que os líderes possuem uma imensa vantagem em vários aspectos sobre os demais. Por exemplo, em 2003, conforme dados do Banco Central (2004), os dois maiores bancos privados detinham cada qual um ativo total superior a R\$ 100 bilhões, sendo que o terceiro maior detinha pouco mais da metade deste valor (R\$ 60 bilhões). Já o décimo colocado detinha ativos na ordem de R\$ 26 bilhões, o que representa em torno de 25% do total de ativos do maior banco privado. Isto caracteriza claramente um oligopólio, onde os dois ou três maiores bancos conseguem exercer liderança na formação de preços e conseguem evitar pressões competitivas dos outros bancos.

Outra característica observada é que os ativos destes bancos estão concentrados em proporções parecidas em títulos públicos e em operações de crédito. Como consequência, temos um coeficiente crédito/PIB baixo (em torno de

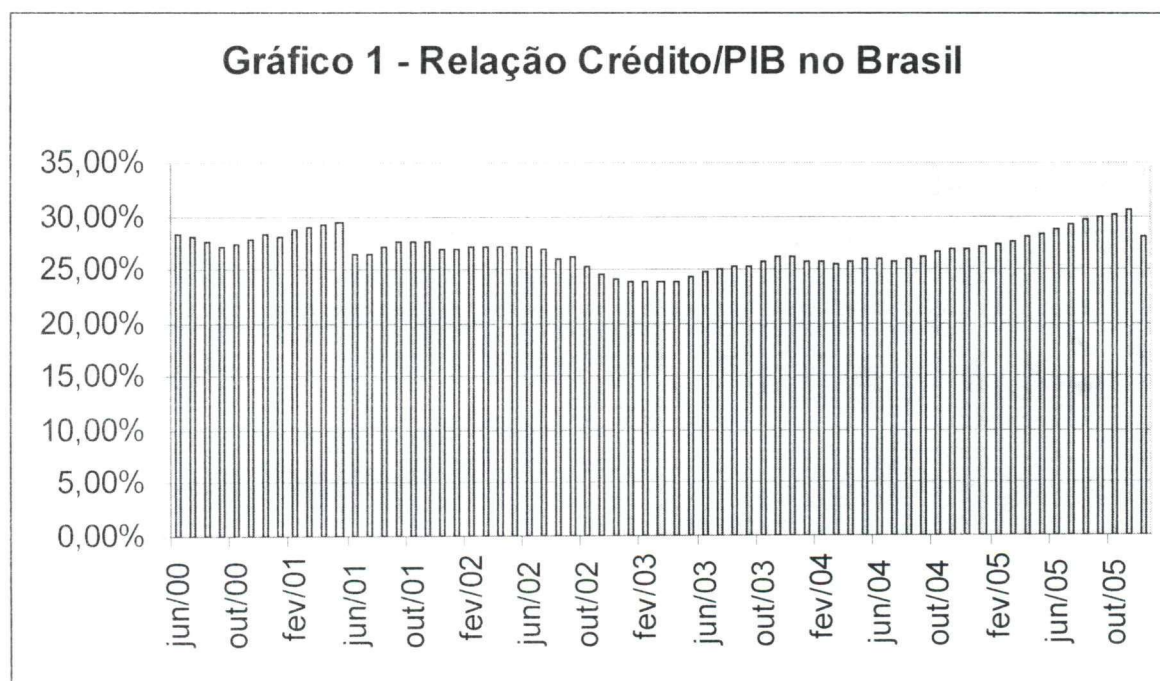
25% em 2004, ver gráfico 1 abaixo), apesar da necessidade de crédito para o crescimento da economia.

A tabela 9 abaixo apresenta a participação do setor financeiro na formação do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro e o gráfico 1 apresenta a relação crédito/PIB.

TABELA 9 – Participação % do setor financeiro no financiamento do PIB brasileiro 1994-2005

Ano	Participação %
1994	15,90
1995	8,02
1996	6,91
1997	6,45
1998	6,54
1999	6,27
2000	5,44
2001	6,59
2002	7,69
2003	6,98
2004	6,61
2005	8,10

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do IPEA, 2006.



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do IPEA, 2007.

Esta baixa participação do setor financeiro no financiamento da economia brasileira decorre do alto custo do crédito e das restrições impostas ao seu acesso. Isto limita o crescimento das empresas por falta de crédito necessário às suas necessidades e, de outro lado, por transferirem parte de sua renda ao setor financeiro devido a empréstimos contraídos sob altas taxas de juros.

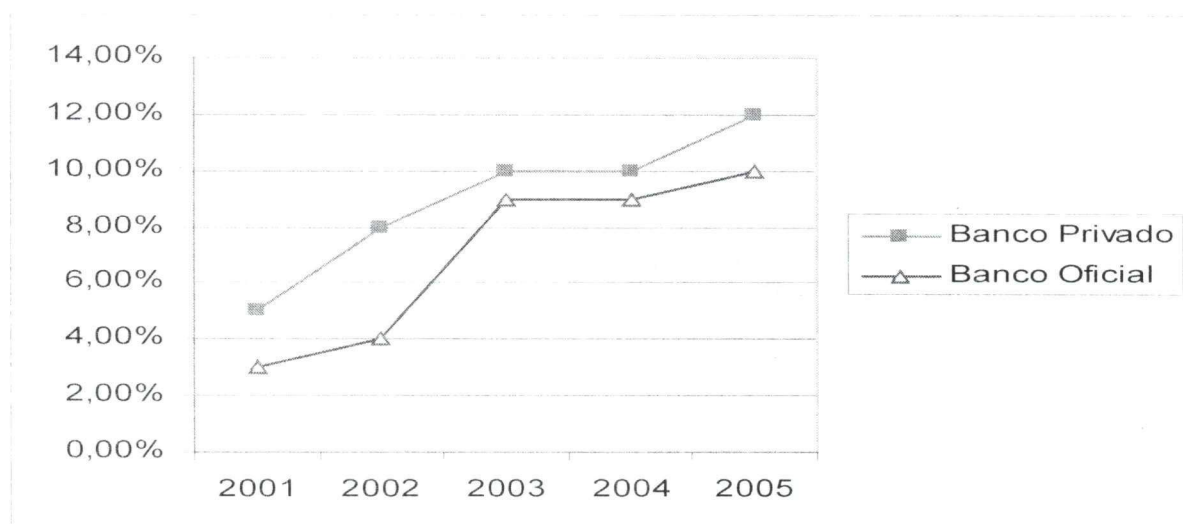
O sistema bancário possui grande capacidade de adaptação às variações da economia e consegue alterar a composição de seu ativo de forma a maximizar lucros, nas mais diversas situações, ou seja, possui diversas fontes alternativas de lucratividade. Do ponto de vista microeconômico, o sistema bancário brasileiro demonstra muita eficiência. Pois além de apresentar lucratividade elevada continuamente, o sistema e os serviços são muito sofisticados, bem como possui posição patrimonial sólida. Acrescente-se ainda o fato de a atuação do Banco Central ser considerada bastante eficiente. O sistema de pagamentos e de liquidação é muito avançado e a supervisão daquela instituição como controlador do sistema e prestador de última instância ajudam a prevenir focos de crise sistêmica, decorrentes de eventuais problemas de liquidez.

Contudo, do ponto de vista macroeconômico, a eficiência é baixa. Pois, além dos altos custos do crédito e a sua limitada oferta, os bancos têm como principal modalidade de financiamento às empresas os empréstimos de curto prazo, desconto de cheques e antecipação de recebíveis. Isto acarreta uma baixa criação de novo poder de compra, pois o crédito é feito a partir de negócios já ocorridos.

Para ilustrar de forma prática essa limitação de negócios, uma pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2004, envolvendo 450 empresas do Estado de São Paulo, exprime as relações entre o universo das micro e pequenas empresas com o sistema bancário, que de certa forma revela que um dos problemas mais sérios para as empresas é a obtenção de crédito de longo prazo para investimentos produtivos. O financiamento depende muito de fontes públicas e, além disso, os bancos repassadores exigem das empresas garantias e contrapartidas, que acabam muitas vezes desestimulando os empresários a investirem.

O gráfico e as tabelas que se seguem apresentam alguns dados desta pesquisa.

Gráfico 2 – Proporção de micros e pequenas empresas que utilizaram empréstimos em banco



FONTE: SEBRAE 2004.

TABELA 10 – Formas de pagamento aceita nas vendas a prazo pelas micro e pequenas empresas

Tipo Pagamento	% Empresas
Cheque pré-datado	71%
Fiado (*)	29%
Boleto bancário	23%
Cartão de crédito	23%
Duplicata	9%
Outras (**)	13

FONTE: SEBRAE, 2004

Nota: (*) inclui anotação em caderneta, ficha do cliente, vale, etc.

Nota: (**) carnê próprio, contrato com prestações, nota promissória, nota fiscal com vencimento programado.

Nota: (***) a soma das respostas ultrapassa 100% porque a questão admite múltiplas escolhas.

TABELA 11 – Proporção de micro e pequenas empresas que já tomaram crédito bancário

	Sim	Não	Total
Microempresa	37%	63%	100%
Pequena empresa	55%	45%	100%

Fonte: SEBRAE, 2004

TABELA 12 – Razões alegadas pelos bancos para não dar empréstimo às micro e pequenas empresas

Razões	% Empresas
Falta de garantias reais	40%
Registro no CADIN/SERASA	16%
Insuficiência de documentos	12%
Inadimplência da empresa	8%
Linhas de Crédito fechadas	8%
Projeto inviável	4%
Outras (*)	12%

FONTE: SEBRAE, 2004

Nota: (*) Conta nova no banco, o saldo médio em conta não permite o valor desejado de empréstimo, etc.

De acordo com o gráfico 2, 12% das empresas entrevistadas conseguiram crédito em bancos estatais e 10% em bancos privados. Ou seja, quase 80% das empresas não tomaram crédito em 2004.

A tabela 10 aponta que quase 30% das empresas ainda efetuam suas vendas a prazo de forma informal, registrando-as de forma simples em anotações em caderneta, fichas do cliente, etc. Já a tabela 11 aponta que apenas 37% das microempresas e 55% das pequenas empresas já tomaram empréstimos bancários alguma vez, sendo que de acordo com a tabela 12 a principal razão alegada pelos bancos para não fornecer empréstimos as empresas é a falta de garantias reais.

O presente capítulo procurou analisar a questão da eficiência do sistema financeiro brasileiro. Foi destacado que a eficiência deste sistema é alta do ponto de vista microeconômico, pois apresenta elevada lucratividade continuamente e sabem aproveitar as oportunidades de lucro que lhes têm sido oferecidas, no entanto, a eficiência é baixa do ponto de vista macroeconômico. Em suma, o sistema bancário brasileiro pouco contribui para o financiamento de novos negócios e não é parceiro efetivo dos empresários nas operações de risco. Além disso, absorvem grande parte

dos ganhos das empresas que dependem do seu apoio creditício, especialmente no segmento das pequenas e médias empresas. Assim, a demanda por crédito é baixa (vide gráfico 2), uma vez que o empresário sabe que o acesso a financiamentos pode comprometer o fluxo de caixa de sua empresa, o que na maioria das vezes o obriga a utilizar capital próprio para a sustentação do seu negócio. E isto, gera uma limitação à expansão de suas atividades e ao crescimento econômico do país.

5 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a estabilização dos preços após o lançamento do Plano Real em 1994, as receitas inflacionárias apropriadas pelos bancos (*floating*), foram substituídas gradativamente por outras fontes de receita. O setor bancário direcionou sua atenção para atividades que geram receitas maiores, sem que houvesse necessidade de aumento de investimentos (recursos humanos e ampliação ou melhoria de estrutura existente) ou riscos (aumento de volume de crédito). Assim, estas instituições conseguiram sustentar ritmo crescente de lucros até mesmo em conjunturas macroeconômicas adversas, pois passaram a ganhar mais através de elevadas taxas de juros (alto *spread*), utilizando seu poder de mercado, além de também ganhar através de receitas provenientes de cobrança de tarifas de prestação de serviços.

O elevado retorno da atividade bancária revela que no Brasil, o setor financeiro, no passado e no presente, é um dos principais beneficiários da política econômica, pois consegue maximizar seus lucros numa economia que convive com taxas modestas de crescimento por mais de duas décadas, ou seja, os bancos souberam se adequar a um novo cenário, atuando de forma vantajosa e eficiente microeconomicamente.

Apesar do novo cenário de estabilidade econômica, os clientes dos bancos, em particular, e a sociedade, em geral, vêm pagando elevados encargos aos bancos, não só através das altas taxas de juros e comissões incidentes sobre as operações de empréstimos como também na forma de tarifas e serviços bancários, sendo que estas exercem um papel importante no resultado dos bancos, contribuindo para uma trajetória crescente de lucros recordes.

O financiamento à atividade produtiva no Brasil é caro e escasso e constitui uma barreira ao crescimento econômico. As taxas de juros estão entre as mais elevadas no mundo e o montante de crédito proporcional ao produto interno bruto é baixo.

Estas dificuldades de financiamento decorrem de várias razões. A emergência de desequilíbrios macroeconômicos no período pós-Plano Real que forçou a elevação da taxa básica de juros e o custo de captação dos bancos. A esse custo se adicionam a cunha fiscal, a aversão ao risco decorrente das turbulências iniciais que

geraram instabilidade econômica e a alta margem de lucro dos bancos, resultante do baixo nível de concorrência do setor, etc. Como resultado, o *spread* bancário se tornou um dos mais altos do mundo.

Conclui-se, desta forma, que o setor bancário brasileiro é extremamente rentável, mas ainda está longe de ser funcional no seu papel de agente fomentador do crescimento econômico. Para solucionar este problema, requer-se um conjunto de ações, principalmente que possam promover condições macroeconômicas consistentes, reduzir o *spread*, aumentar a oferta de crédito, entre outros.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. Editora Atlas S/A, São Paulo, 2ª Edição, 1999.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB (2002). **Relatório de Economia Bancária e Crédito: avaliação de 3 anos do Projeto Juros e Spread Bancário**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 15 mai. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB (2004). **Relatório de Economia Bancária e Crédito: avaliação de 5 anos do Projeto Juros e Spread Bancário**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 15 mai. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB (2005). **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 15 mai. 2007.

BROCK, P.L; ROJAS-SUAREZ, L. **Understanding the behavior of bank spreads in Latin América**". Journal of Development Economics, n. 63, 2000.

CARVALHO, A. G. **Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Econômico**. Revista Econômica do Nordeste, vol. 33 (out/dez), 2001. Disponível em <<http://www.econ.fea.usp.br/gledson/artigo.asp>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

CARVALHO, F. J. C. de. *et al.* **Economia Monetária e Financeira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

CARVALHO, F. J. C. **Investimento, Poupança e Financiamento do Desenvolvimento**. Grupo de Estudos sobre Moeda e Sistema Financeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/moeda>> Acesso em: 01 jun. 2007.

COUTINHO, R. (2003). **Spread e Concentração Bancária no Brasil**. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas. Curitiba: CSA/UFPR.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE (2006). **As receitas de prestação de serviços dos bancos**. Brasília. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/esp/servicos/bancarios.pdf>> Acesso em: 04 set. 2007.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA (2007). **Séries Históricas**. Brasília. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 04 set. 2007.

IEDI. *Spread no Brasil e no mundo. Carta n. 100*. 2004. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acessado em: 04 set. 2007.

KLEIN, M.A. (1971). "**A theory of the banking firm**". *Journal of Money, Credit and Banking*. vol. 3. n 2, pp. 205-218.

KOYAMA, S. M. & NAKANE, M. I. (2001). "**Os determinantes do spread bancário no Brasil**". In Banco Central do Brasil, *Juros e Spread Bancário no Brasil: Avaliação de 2 Anos do Projeto*, pp. 27-30. Brasília: Banco Central do Brasil.

LEAL, R. M. **Estrutura e Determinantes do Spread Bancário no Brasil após 1994: uma Análise da Literatura Empírica**. In Sistema Financeiro. Uma análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007.

MATOS, O. C. **Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Econômico no Brasil; evidências de causalidade**. Trabalho para Discussão, n. 49. Banco Central do Brasil, 2002.

MODENESI, A. M. **Teoria da Intermediação Financeira, o Modelo ECD e sua Aplicação aos Bancos: uma Resenha**. In Sistema Financeiro. Uma análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007.

NAKANE, M. I. (2003). **Concorrência e spread bancário: uma revisão da evidência para o Brasil**. In Banco Central do Brasil, *Juros e Spread Bancário no Brasil: Avaliação de 4 Anos do Projeto*, pp. 58-67. Brasília: Banco Central do Brasil.

OREIRO, J. L; PAULA, L. F; ONO, F. H; DA SILVA, G. J. C; (2004). **Determinantes Macroeconômicos do Spread Bancário no Brasil: Teoria e Evidência Recente**. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/moeda>> Acesso em: 15 mai. 2007.

SEBRAE. **O Financiamento das MPE's no Estado de São Paulo**. Resultados da pesquisa coordenada por Marco Aurélio Bedê. São Paulo, 2004. Mimeog.

SILVA, G. J. C.; OREIRO, J.L.; PAULA, L.F.R. (2006). **Comportamento do Spread Bancário no Brasil: uma avaliação empírica recente**. Mimeog.

STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. In: LIMA, G.; SICSÚ, J.; PAULA, L. (Orgs.) **Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap.6.

TROSTER, R.L; **Concentração bancária**. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br> > Acesso em: 15 jul. 2007.

TONOOKA, E. K. & KOYAMA, S. M. "**Taxas de juros e concentração bancária no Brasil**". In Banco Central do Brasil, *Trabalhos para Discussão do Banco Central do Brasil nº. 62*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003.